

UMA CARTOGRAFIA DO BOM VIVER NO TOCANTINS: PENSANDO O QUE É DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS COSMOVISÕES INDÍGENAS

Data de aceite: 01/02/2024

Carlos Eduardo Panosso

Professor do Instituto Federal do Tocantins - IFTO, Campus Palmas. Graduado em Ciências Sociais, Especialista em Ética e Filosofia Política - UFU, Mestre em Ciências do Ambiente - UFT e Doutor em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional - UnB e coordenador do projeto de pesquisa aprovado pela FAPT e CNPq **Uma Cartografia do Bom Viver: pensando novas políticas públicas a partir do desenvolvimento local no Tocantins**

Ana Karolina de Araújo

Bolsista de PDJ no projeto de pesquisa aprovado pela FAPT e CNPq **Uma Cartografia do Bom Viver: pensando novas políticas públicas a partir do desenvolvimento local no Tocantins.**

Este trabalho é um resultado preliminar, ainda no âmbito da discussão bibliográfica, de um projeto de pesquisa intitulado **Uma Cartografia do Bom Viver: pensando novas políticas públicas a partir do desenvolvimento local no Tocantins** com previsão de duração até julho de 2025 e constam no seu cronograma trabalhos de campo para verificação de hipóteses apresentadas na presente discussão. Todavia, tais trabalhos de campo estão previstos para ocorrer no primeiro semestre de 2024.

RESUMO: Com uma tese intitulada “Um relato etnográfico sobre as mentalidades do Buen Vivir do Equador e do Slow Movement na Itália: “Movimentos de Resistência” e “Utopias Concretas” como alternativas ao Desenvolvimento”, buscou-se entender, através do método etnográfico, entre outras questões, se o Sumak Kawsay (cosmovisão dos povos andinos) se configura como um “movimento de resistência” aos ideais de progresso e desenvolvimento, ou ainda uma alternativa para o desenvolvimento, conciliando, neste caso, as ideias de desenvolvimento local e global. Partiu-se do pressuposto, de que “desenvolvimento convencional” que tem orientado as sociedades ocidentais tem sido fortemente marcado por crises. Assim, fez-se necessário rever, por exemplo, a organização política de comunidades, bem como os níveis de produção e consumo. Agora, no entanto, o que se propõe, ainda que no estágio da pesquisa bibliográfica, mas que futuramente ir-se-á a campo, e como continuidade dos estudos iniciados em processo de doutoramento, compreender se há nas comunidades indígenas do Tocantins elementos cosmológicos que, quando percebidos e compreendidos pelo estudo antropológico poder-se-iam

configurar também como “movimentos de resistência” aos modelos de desenvolvimento “convencionais”. É nesse sentido, portanto, que se propõe a construção de uma cartografia do bom viver, pelo método etnográfico, para se pensar o que é desenvolvimento e políticas públicas para tais comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Bom Viver; Decrescimento Sereno, Cosmovisões Indígenas, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Decrescimento e Bom Viver: algumas considerações sobre o modo de vida de sociedades “incompletas”

O presente artigo busca fazer uma discussão sobre os conceitos, noções ou categorias de Desenvolvimento, Progresso, Tecnologia e Economia de Subsistência, relativizando-os à partir das cosmovisões indígenas. Sobre os dois primeiros se falará de um ponto de vista crítico tratando-os como “mitos fundadores” de uma sociedade sem destino. Sobre os dois últimos lançar-se-á mão de exemplos de sociedades que vivem em harmonia com a natureza e com seus projetos sociais para entendê-los como relativos a cada sociedade. Tal discussão e argumentação teóricas serão utilizados os textos do antropólogo francês Pierre Clastres, sobre tudo A Sociedade contra o Estado e a teoria do decrescimento econômico do também francês, porém contemporâneo, Serge Latouche, bem como textos clássicos da Economia que abordam as questões do Desenvolvimento e Tecnologia.

Ainda na década de 1960, o antropólogo francês Pierre Clastres escreveu um ensaio de antropologia política intitulado A sociedade contra o Estado que se tornou famoso no qual dialoga com várias disciplinas, incluindo a Filosofia e a Economia. Neste ensaio, Clastres tem como principal objetivo a relativização da existência ou não do Estado, tal como concebemos nas sociedades ocidentais, sobretudo após o advento da modernidade, como algo natural de qualquer sociedade e que, não existindo, este seria um indício de sua incompletude. Clastres lança mão de sua experiência de campo entre os índios guarani do Paraguai a fim mostrar através de dados etnográficos que o fato das sociedades indígenas possuírem o Estado como organização política estruturada não se deve ao fato de serem sociedades incompletas, mas, sim, sociedades com projetos de sociedades em que o Estado não teria função. Estas seriam sociedades sem Estado sim, mas acima de tudo, seriam “sociedades contra o Estado”.

Tais sociedades não teriam formatado o Estado não porque não puderam ou não tiveram tempo, mas simplesmente por não quererem a existência dele. Apesar deste ser o principal objetivo de seu ensaio, Clastres discute e questiona outras noções ou conceitos tão importantes para as sociedades ocidentais e modernas e que se vinculam a categorias maiores ainda para estas sociedades (o desenvolvimento e o progresso), por exemplo

a Economia de Subsistência e a Tecnologia. Para Clastres a ideia de uma economia de subsistência não combina com a ideia, por exemplo, de sociedades do lazer ou, para ser mais atual, sociedades do bem viver. Se assim fosse, tais sociedade viveriam todo o seu tempo para a produção, esta insuficiente sempre, de suas subsistências não restando nada além de muito trabalho. No mesmo sentido, Clastres redefine ou ao menos, embaralha o que se entende por tecnologia, atribuindo a esta o valor de boa convivência ou simplesmente vivência em harmonia com o meio, com a natureza.

No livro *A Ocidentalização do Mundo*, o sociólogo francês Serge Latouche apresenta uma visão “pessimista-otimista” do processo econômico-cultural de avanço do capitalismo em escala mundial que ele mesmo chama de Ocidentalização. Atribuo aqui uma espécie de juízo de valor na denominação da visão do autor porque a leitura de sua obra nos provoca exatamente isso. Se por um lado o avanço do capitalismo em escala planetária é avassalador de sociedades e culturas, por outro, esse mesmo processo, constantemente em decadência, abre possibilidades de resistências, novos caminhos e ressignificações do que já existe.

Essa espécie de dialética no processo de “ocidentalização” do mundo como um fenômeno econômico tem repercussões que vão além da economia. É também um processo de ordem social, cultural e, por que não, psicológico. Isto é, o que é entendido como Desenvolvimento e Progresso no âmbito do “Primeiro Mundo”[3] é altamente dependente do que se entende como Subdesenvolvimento e Atraso ou Ocaso no “Terceiro Mundo”. Em substituição ao “vazio” que as sociedades ocidentais enfrentam com o florescer da Sistema-Mundo Capitalista (WALLERSTEIN), tais sociedades tratam o Desenvolvimento e o Progresso como verdadeiros “mitos fundadores” (FURTADO). A grande questão é que as sociedades não ocidentais não possuem tal vazio. Logo, o mesmo deve ser inventado para que sigam o mesmo “caminho”. Vejamos o que diz Serge Latouche:

“A interiorização do olhar do Outro provoca nas sociedades não ocidentais a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento. Trata-se, de certo modo, de uma ocidentalização planejada. Este empreendimento começou bem antes da própria palavra desenvolvimento ficar na moda.

Ele remonta aos primeiros dias da ideologia do progresso e das Luzes. Chama-se também modernização. Sabe-se que a modernidade é um projeto global que reserva um grande lugar para a economia, ao passo que o desenvolvimento não é somente uma política econômica e sim uma reforma de toda a sociedade. O progresso está no cerne de todos esses projetos sinônimos. O objetivo é puramente mimético. Ele nunca é atingido, portanto. Os países desenvolvidos são eles próprios tocados pela obsessão da modernização. Por um efeito de feedback, a corrida para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo reforça ainda mais a busca compulsiva de uma impossível recuperação numa mimesis generalizada.

Desde que o Ocidente colocou o Progresso como pedra angular da modernidade, todos os países vítimas de sua presença e também os da vizinhança próxima viram-se atingidos pelo mal incurável do atraso. (...)”

As ideias apresentadas por Latouche coincidem com algumas apresentadas pelo também francês Pierre Clastres em *A Sociedade contra o Estado* quando este questiona a visão ocidental sobre as sociedades indígenas como se estas, “incompletas” que são por não terem o Estado, o Mercado e a Tecnologia, por nós entendidos. Diz Clastres a respeito de tais questões:

“Por trás das formulações modernas, o velho evolucionismo permanece, na verdade, intacto. Mais delicado para se dissimular na linguagem da antropologia, e não mais na da filosofia, ele aflora contudo ao nível das categorias que pretendem ser científicas. Já se percebeu que, quase sempre, as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa, sob o critério da falta: sociedade sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história. Mostra-se como sendo da mesma ordem a determinação dessas sociedades no plano econômico: sociedades de economia de subsistência. Se, com isso, quisermos significar que as sociedades primitivas desconhecem a economia de mercado onde são escoados os excedentes da produção, nada afirmamos de modo estrito, e contentamo-nos em destacar mais uma falta, sempre com referência ao nosso próprio mundo: essas sociedades que não possuem Estado, escrita, história, também não dispõem de mercado. Todavia, pode objetar o bom senso, para que serve um mercado, se não há excedentes. Ora, a ideia de economia de subsistência contém em si mesma a afirmação implícita de que, se as sociedades primitivas não produzem excedentes, é porque são incapazes de fazê-lo, inteiramente ocupadas que estariam em produzir o mínimo necessário à sobrevivência, à subsistência. Imagem antiga, sempre eficaz, da miséria dos selvagens. E, a fim de explicar essa incapacidade das sociedades primitivas de sair da estagnação de viver o dia, dessa alienação permanente na busca de alimentos, invocam-se o subequipamento técnico, inferioridade tecnológica. (CLASTRES, 2003:208)

A Sociedade contra o Estado, de Pierre Clastres, trouxe à luz uma perspectiva de política e poder, e consequentemente de Estado, dos povos indígenas que até aquele momento nos passava “despercebida”. Mais do que despercebidas, as perspectivas indígenas foram, e vêm sendo ao longo da história, trituradas por um outro projeto de civilização: o da sociedade ocidental. É contextual, no entanto, que esse “triturar” das perspectivas indígenas possui um sentido ideológico balizado principalmente pelas “ideias forças” ou “mitos fundadores” como o Desenvolvimento e o Progresso. Ao estabelecer uma ontologia, considerando o desenvolvimento e o progresso como os referenciais de partida e de chegada, como prerrogativas para e pelo O Ocidente, uma linha histórica única também foi estabelecida. Assim, nesse caminho percorrido pela sociedade ocidental, o Estado, enquanto formação política e social, se transformou numa passagem necessária para qualquer sociedade adquirir o status de civilização. A partir disso, sociedades como as indígenas, por exemplo, “retomam” a condição de “primitivas”, já que são “sociedades sem Estado” (Clastres, 2008) e se tornam sociedades subjugadas pelo modelo civilizacional do ocidente.

Já naquele momento, Clastres, apoiado em suas pesquisas de campo entre os ameríndios Guarani presentes em 4 países da América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e ao largo do que a própria ideia de Estado confere como demarcação de território, via que tal povo não era uma sociedade sem estado por ser incompleta, mas sim por possuir um “projeto de sociedade” socialmente construído e consciente que, antes de mesmo da existência do Estado, se percebe nele uma possibilidade de ruptura de tal projeto. É bom lembrar já que a história deste no ocidente é uma história de vencedores e vencidos, dominantes e dominados, o que não converge para o seu projeto de sociedade destes povos. E Clastres faz essa demonstração empírica combatendo ideias propagadas acerca desses povos tais como o trabalho tido apenas como subsistência, o que se entende por poder político da chefatura indígena, etc.

A retomada do pensamento de Pierre Clastres se justifica porque neste trabalho propõe-se uma discussão, ainda que muito breve, sobre como pensar o desenvolvimento e a cooperação internacional, considerando as perspectivas dos povos indígenas como um modelos alternativos para pensar ou repensar o Estado, sua formação e suas funções em um contexto de crises. Talvez não exatamente a partir do pensamento específico do povo Guarani, mas sim a retomada do pensamento indígena de uma forma mais ampla, já que estes povos souberam, ao longo de sua história, viver sem o Estado, sem suas fronteiras e, mais do que qualquer coisa, sem a ilusão do desenvolvimento e do progresso. Assim, o que há de comum entre o que diz Clastres e o que dizem alguns antropólogos contemporâneos, estudiosos do buen vivir, pensamento presente entre os povos andinos, é que os povos indígenas, subjugados pelos modelos hegemônicos de Estado e Desenvolvimento, podem agora se tornar modelos para a própria sociedade ocidental dirimir suas crises. Isto é, resolvendo as questões indígenas relacionadas a terra e o Estado, encontraremos novos modelos.

Tecnologia, Bem Estar e Bom Viver

O subdesenvolvimento é, em sua essência, esse olhar, essa palavra do Ocidente, esse julgamento sobre o Outro, decretado miserável antes de o ser, e assim se tornando porque assim foi irrevogavelmente julgado. O subdesenvolvimento é uma denominação ocidental. Serge Latouche, *A Ocidentalização do Mundo*.

Comumente se entende a Tecnologia como algo relacionado a visão ocidental de Desenvolvimento. Ou seja, grosso modo falando em termos ocidentais, o desenvolvimento proveniente do crescimento econômico e do domínio sobre a natureza, este num sentido disruptivo propiciaram um desenvolvimento tecnológico. A materialização de tal tecnologia seria a sociedade técnica e de máquinas da qual fala Serge Latouche. O sentido que o desenvolvimento traz para as sociedades ocidentais através da tecnologia, e consequentemente do bem estar almejado, é um sentido de pseudo completude. O mesmo

ocorre com a presença do Estado como organização política sofisticada. A sua existência afirma-se em relação a sociedades que não pertencem a uma sociedade completa e desenvolvida. Segundo Pierre Clastres:

As sociedades primitivas são sociedades sem Estado: esse julgamento de fato, em si mesmo correto, na verdade dissimula uma opinião, um juízo de valor, que prejudica então a possibilidade de construir uma antropologia política como ciência rigorosa. O que de fato se enuncia é que as sociedades primitivas estão privadas de alguma coisa – o Estado – que lhes é, tal como a qualquer outra sociedade – a nossa por exemplo – necessária. Essas sociedades são, portanto, incompletas. (CLASTRES, 2003:207)

Decrescimento e Sociedades do Bom Viver

Sob o rolo compressor da ocidentalização, tudo parece já ter sido destruído, nivelado, esmagado; e no entanto, ao mesmo tempo, os recifes frequentemente estão apenas submersos, resistindo às vezes, e prontos para ressurgir na superfície.

Serge Latouche, *A Ocidentalização do Mundo*.

Fora do ocidente, nas línguas dos povos originários de outras partes do planeta que não a Europa, as palavras “desenvolvimento” e “progresso” não encontram traduções. Também as fronteiras e o ideal de Estado Nacional não encontram termos similares. Ou seja, estas são ideias ou conceitos elaborados particularmente por uma sociedade específica. Nas culturas ou línguas indígenas dos povos andinos pré-colombianos, todavia, encontramos el *sumak kawsay*, o *buen vivir* ou bom viver. Para o equatoriano Floremilo Simbañas:

“Desde la perspectiva histórica, el *sumak kawsay* ha subsistido em la memoria histórica de las comunidades indígenas de la región andina como un sentido de la vida, una ética que ordena la vida de la comunidad. Pero ne tiempos de los Estados originarios precolombinos, no solo servía para organizar la comunidad, si no toda la sociedad, incluso al Estado mismo.” (SIMBAÑAS, 2011:220)

O conceito do *Buen Vivir* presente com abrangência nas sociedades indígenas da região dos Andes, sobretudo Bolívia e Equador, tem se apresentado como um conjunto de valores que orientam as práticas desses povos, práticas que por sua vez têm se apresentado como mais sustentáveis que as práticas ocidentais e tem se tornado, portanto “modelos de desenvolvimento alternativos” e críticos ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Para pensar um, digamos, “modelo alternativo de desenvolvimento” a partir do *sumak kawsay*, o *buen vivir*, é necessário, antes de tudo, ter em mente que a lógica de pensamento no que se refere à concepção de natureza é radicalmente diferente da ocidental. Como destaca Simbaña, “El fundamento capital de la filosofía occidental es concebir al ser humano como entidad separada de la naturaleza: una sociedad más civilizada mientras más alejada está del mundo natural; tener cualquier percepción o relación con la naturaleza

como vínculo activo era prueba de su barbarismo” (Idem, 221).

Para a perspectiva do buen vivir, que não é única entre os povos indígenas, diga-se de passagem, alcançar níveis mais avançados de civilização não se pode ou não se deve perder a ligação com a natureza. E tal ligação deve ser manifestada em todas as dimensões ou esferas que compõem a vida em sociedade:

“El sumak kawsay es un concepto construido históricamente por los pueblos indígenas de lo que hoy conocemos como el área andina de Sudamérica, y que hace referencia a la consecución de una vida plena, un vivir bien. Pero para que esto sea posible, la vida de la naturaleza y de la sociedad deben regirse bajo el principio de la armonía y equilibrio.(...) Esto involucra varias dimensiones: social, cultural, económica, ambiental, epistemológica y política; como un todo interrelacionado e interdependiente, donde cada uno de sus elementos dependen de los otros. La vida humana no puede pervivir sin la naturaleza. Por eso dentro del sumak kawsay subyace el concepto de Pachamama, que hace referencia al universo, como la madre que da y organiza la vida. Por lo tanto garantizar el buen vivir de la sociedad, implica considerar a la naturaleza como “sujeto”. (222).

Um ponto importantíssimo no entendimento do conceito de Buen Vivir é considerar que concepção de uma vida comunitária é central. Enquanto o Estado vê a comunidade apenas como uma forma de organização social de um segmento reduzido e marginal da sociedade, o buen vivir enxerga na comunidade a sua razão de existir. Assim, para alguns autores como Luis Macas (MACAS apud SIMBAÑAS, 2011), o buen vivir segue princípios como reciprocidade, propriedade coletiva, relação e convivência com a natureza, responsabilidade social e consensos, princípios que o modelo de Estado, bem como o de desenvolvimento, do ocidente têm dificuldades de atingir.

Outros projetos de sociedade, de Estado e “desenvolvimento”

O reconhecimento da existência da crise, ou de crises, desse modelo civilizatório, calcado nos ideais de desenvolvimento e progresso, no modo de produção capitalista, no tratamento da natureza como fonte inesgotável de recursos e no consumo desenfreado, dentre tantas outras características, já é, por si só um fenômeno importante. Entretanto pode-se ir além, reconhecendo que existem também outros modelos de civilização que se apresentam como alternativas ao modelo grande modelo hegemônico (e em crise).

Alguns modelos são propostos de dentro da própria perspectiva do ocidente e ou outros de perspectivas que passam ou passaram, ao largo dos ideais de desenvolvimento e progresso. Todavia, ambos com perspectivas críticas ou alternativas ao grande modelo.

Bruno Ayllón Pino e Michele Dolcetti (2014) fazem uma reflexão sobre a crise do desenvolvimento a partir de modelos que eles chamam de “alternativos”, partindo da América Latina, em especial o Buen Vivir no Equador e suas ressonâncias na construção de uma política pública de cooperação internacional que priorize a chamada Cooperação

Sul-Sul.

Segundo os autores, o tema do Desenvolvimento ganhou maior atenção nas ciências sociais principalmente a partir de meados do século XX, com diferentes enfoques, críticas e perspectivas. Isso ocorreu basicamente por duas questões fundamentais: 1) o fato de, justamente nesse período, os primeiros sinais quanto a uma crise de civilização terem sido dados ou, ao menos, reconhecidos e; 2) porque desde seu aparecimento a ideia de desenvolvimento vem sendo apresentado e reconhecido como um conceito ou ideia polissêmica, o que, para ciências sociais, já o torna uma questão importante.

Es a partir de la Segunda Guerra Mundial cuando la noción de desarrollo gana carta de naturaleza en las prácticas de los agentes internacionales. El desarrollo se constituía en un “majestuoso faro que guía a los marineros hacia la costa (...) fue la idea que orientó a las naciones emergentes en su jornada a lo de la historia de la postguerra (Sachs 2001:13) En su sentido antropológico, el desarrollo representó el “mito fundador”, por el cual la narrativa y los sentidos asociados a essa idea representaban una “solución imaginaria de las tensiones, conflictos y contradicciones” presentes en muchas sociedades, como la latinoamericanas, enfrentada a los dilemas y retos de la “modernización” en sus múltiples vertientes institucionales, culturales, económicas y políticas (IVO 2012:187-210). (2011:29)

Assim, reflexões que ultrapassem as visões economicistas e desenvolvimentistas começam a ganhar destaque. Assim, há o que os autores chamam de enfoque pós-desenvolvimentistas, pautadas em experiências centradas na felicidade e no bom viver (buen vivir). Com essas perspectivas se inserem dimensões subjetivas do desenvolvimento, bem como o respeito à diversidade cultural e as cosmovisões dos povos indígenas. Mais do que isso, em um contexto de crises em todas as dimensões ou esferas: social, ambiental, política, etc, através dos povos indígenas, e o buen vivir, é apenas uma das muitas lições, pode-se repensar os caminhos do desenvolvimento, da organização do Estado e suas funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o Bom viver, como mentalidade, não se trata de alternativa para o Desenvolvimento sustentável, mas, sim *ao* Desenvolvimento e por isso, com a “ajuda” de Serge Latouche, as chamamos de “Movimentos de resistência”. Assim, o entendimento sobre o que é o bom viver, não possui necessariamente um vínculo com questões políticas das quais se fala muito. Mas sim, em que ponto essas mentalidades existentes em diferentes contextos se cruzam e se manifestam como alternativas aos ideais de desenvolvimento, ainda que sustentável.

Por isso, com este trabalho, ainda que em fase de discussão bibliográfica sobre os temas, buscamos espaços para fazer a aproximação dos temas estudados, as tais perspectivas diferentes, as cosmovisões indígenas com questões locais do Tocantins.

Exemplo disso é que estamos com um projeto de pesquisa intitulado *Uma Cartografia do Bom Viver: pensando novas políticas públicas a partir do desenvolvimento local no Tocantins*, bem como um curso de extensão em andamento com o mesmo nome. Por que se trata, na verdade, de buscar bem perto de nós essas perspectivas do bom viver.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de Antropologia Política; Tradução de Theo Santiago. - São Paulo: Cosac Naify, 2003.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**; Tradução de Celso Mauro Paciornik. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUDYNAS, Eduardo. **Sentidos, opciones y ámbitos de las transiciones al postextractivismo**. In: Más allá del desarrollo. Quito, Ecuador, 2011.

PINO, Bruno Ayllón e DOLCETTI, Michele. **El Buen Vivir del Ecuador: crisis del desarrollo y cooperación internacional**. Revista Mural Internacional. V. 5 N.1 jan-jun 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, Redes e Ideologia no campo do Desenvolvimento**

SIMBAÑA, Floresmiló. **El sumak Kawsay como um projeto político**. In: Más allá del desarrollo. Quito, Ecuador, 2011.